

**J. O. de Meira Penna**

**P**ELA boca de Sócrates, costumava Platão argumentar: quando estamos doentes, procuramos um médico de confiança, longamente treinado e experimentado. Teríamos receio de entregar nossa vida a um charlatão. Quando desejamos uma casa para morar, cujo telhado não nos caia na cabeça, também selecionamos um arquiteto de competência, bem formado, e de gosto demonstrado por outras obras previamente realizadas. Quando almejamos comer bem, freqüentamos um restaurante de Bôcuse ou, pelo menos, pedimos seja o jantar preparado por uma cozinheira de forno e fogão. Em *O Estadista*, levanta Platão a eventualidade absurda de um grupo de passageiros estabelecer a regulamentação para um piloto que não sabe conduzir o barco. Sócrates intervém no debate: "Você se dá ao trabalho de afirmar algo que é profundamente tolo..." Por isso, conclui Platão, quando se trata de redigir a constituição que vai reger a polis e que é a coisa mais importante do mundo, porque afetará não apenas a minha vida individual, mas a de toda a comunidade, seria estranho admitir não sejam consultados homens excepcionais, especializados na matéria, sábios ou amigos da sabedoria (filósofos), altamente capacitados para o trabalho. Ninguém cham um arquiteto quando está com dor de barriga; nem encomenda uma bacalhoadá a um otorrinolaringologista; nem encarrega um dentista de pilotar o barco. Assim, para redigir constituições, precisamos de constitucionalistas.

Quando os Estados Unidos da América reuniram a sua convenção constitucional de Filadélfia, em 1787, Jefferson reparou, não creio que por ironia, que era uma "assembléia de semideuses". De qualquer forma, era uma reunião de homens notáveis, estadistas e juristas com larga experiência de governo. Cérebros como Madison, Washington, Franklin, Randolf, Hamilton. O documento que compuseram é, no gênero, o de mais longa duração no mundo, pois goza de 200 anos de vigência efetiva — isso muito embora seja a América uma nação jovem em rápida transformação.

No comitê consultivo que vai realizar a mesma façanha entre nós, pesquisando o material para a futura Constituinte, não descubro a mesma harmonia nem o mesmo calibre. A impressão, ao contrário, é de que se trata de um saco de gatos, tal a disparidade de tendências e gênios. Certo, descobrimos nomes notáveis como os de Paulo Brossard, Célio Borja, Evaristo de Moraes, Miguel Reale e Afonso Arinos, mas algumas dúvidas me assaltam. Um médico oftalmologista, mesmo de "renome mundial", será necessariamente um bom constitucionalista? Estou certo de que Platão o consultaria para tratar dos olhos, a ele, porém, preferindo Aristóteles para redigir a Constituição de Atenas. Um antigo ministro da Educação, aliás medíocre, também não será bom constitucionalista pelo simples fato de ser membro da Academia de Letras. Escrever bem, ser provavelmente o maior escritor brasileiro vivo e evocar, com talento, o aspecto erótico da sociedade brasileira, glorificando ao mesmo tempo Luís Carlos Prestes como o "cavaleiro da esperança" que vai salvar o Brasil, não constitui tampouco, segundo o meu critério, títulos suficientes para opinar sobre a organização futura do país. Ter sido cassado, ou ser grande amigo do Presidente da República, ou ter sido presidente da UNE, ou ser exportador de abacaxis (a Constituição, um abaca-

xi?), configuram porventura fundamentos idôneos para tão alta missão? Ou ser ligado às igrejas protestantes, mas não existir em carne e osso?

É verdade que encontro no grupo seletos empresários de renome — Sérgio Quintela, Luis Eulálio Vidigal, Antonio Ermírio de Moraes, por exemplo. Sua presença na comissão é importante. Acentuo isso porque estou convencido de que o crescimento monstruoso do dinossau-ro burocrático, dentro do Estado leviatânico com o controle quase absoluto da economia do país, constitui um mal que deve ser corrigido. Não obstante os méritos da intervenção estatal na fase primária de instalação entre nós de uma infra-estrutura industrial, o que o Estado de fato tem realizado nestes últimos anos é o que Ludwig von Mises chamava o "planejamento do caos". Talvez aqueles empresários, que deram as suas provas na iniciativa privada, possam agora contribuir para a redação de artigos constitucionais que limitem a intervenção governamental e reduzam o poder discricionário da *Nomenklatura* burocrática.

Contudo, verifico que os campeões da economia de mercado, da liberdade de concorrência da propriedade privada dos meios de produção representam uma pequena minoria que será afogada pela avalanche de clérigos partidários do estatismo, do despotismo burocrático e da ideologia do nacional-socialismo. A comissão, pelo que se vê, é fortemente influenciada por Marx e Lenine. Um desses clérigos é admirador de Hegel e discípulo do maior hegeliano brasileiro — sendo o Hegel o homem que proclamou a morte de Deus, sugerindo em troca divinizar o Estado. É esse mesmo clérigo que denuncia o "sistema global" da ordem econômica liberal, no qual, diz ele, seguindo estritamente as teses marxistas-leninistas, "para que alguns países possam ser cada vez mais desenvolvidos é preciso que outros, a grande maioria, permaneçam subdesenvolvidos". Em outras palavras, o dito sacerdote defende a balela esdrúxula de que os ricos são ricos por haverem expoliado os pobres.

Um outro membro da comissão é um economista, agora promovido a embaixador, que pode entender de seca nordestina e de terceiro-mundismo cepalino, mas dificilmente alcançará os segredos da economia política liberal, os princípios da separação de poderes, da eficiência do governo descentralizado e do império da lei para a proteção da liberdade dos cidadãos. Constituição não é "fantasia organizada". Outro professor, ilustre e respeitável embora, é o mesmo que propõe para o Brasil uma democracia de massas, igualitária, equiparando injustamente o professor e o moleque analfabeto, assaltante da esquina. Para a consecução desse igualitarismo, seria necessário instalar em nossa pátria um sistema de regulamentação opressor — uma máquina orwelliana semelhante à que foi imposta à Rússia em 1917, cuja revolução é citada admirativamente pelo professor como "ponto eruptivo desencadeante" da história da democracia! Nenhum desses paredros da nova constituição me parece de *tout repos*.

Procurar instalar no Brasil uma democracia de massas, totalitária, é perigoso, sobretudo se tal projeto for associado ao terceiro-mundismo de certos setores de nossa diplomacia que pretendem alinhar automaticamente o país ao sistema de satelização mantido pela União Soviética.

José Osvaldo de Meira Penna, Embaixador, é professor da UnB